



Interfaces entre Arquitetos e Profissionais da Educação em prol de Melhores Espaços para o Desenvolvimento do Protagonismo Estudantil

Mauricio Dallastra¹; Morgana Alves de Jesus Fernandes²; Bruna Lopes Costa³; Luiz Eduardo Brescovit⁴; Juliana Stascovian⁵

Resumo: No decorrer dos anos é perceptível a dissociação entre o trabalho de um arquiteto ao planejar uma escola e o espaço que o professor deseja para que o alunado alcance máximo aproveitamento do espaço escolar, dentre eles, o pátio, que é um ambiente comum de socialização a todos. Para acompanhar a evolução do espaço escolar durante o tempo é feita uma retrospectiva do macro (Brasil) até a realidade em microescala (local). O apoio de profissionais da arquitetura em consonância aos anseios dos que atuam na educação, quiçá dos próprios pais e estudantes, pode transformar o espaço escolar em um local de desenvolvimento pleno para os alunos.

Palavras Chave: Pátio Escolar, Educação, Paisagismo.

Interfaces between Architects and Education Professionals in Favor of Best Spaces for the Development of Student Leadership

Abstract: In the course of the years it is possible to distinguish between the work of an architect when planning a school and the space that the teacher wants so that the student can reach maximum use of the school space, among them the patio, which is a common environment of socialization all. To follow the evolution of the school space during the time, a retrospective of the macro (Brazil) is made to the reality in smaller scale (local). The support of architecture professionals in line with the wishes of those who work in education, perhaps the parents and students themselves, can transform the school space into a place of full development for students.

Keywords: Schoolyard, Education, Landscaping.

Introdução

A criança ao adentrar o mundo escolar, alimentada por ensejos lúdicos, fomenta expectativas de vivências únicas em um espaço de sociabilidade distinto de sua casa. O

¹ Arquiteto e Urbanista graduado pela Universidade Paranaense, no ano de 2012 e especialista em Iluminação e Design de Interiores pelo Instituto de Pós Graduação IPOG no ano de 2016. Contato: mauriciodallastra@hotmail.com.

² Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Estado de Mato Grosso no ano de 2014.

³ Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Estado de Mato Grosso no ano de 2016.

⁴ Professor graduado em Educação Física Bacharelado e Licenciatura pela Faculdade Assis Gurgacz no ano de 2009, com especialização em Educação Infantil e anos iniciais no ano de 2009, Pedagogo pela Faculdade FAEST, no ano de 2016.

⁵ Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Estado de Mato Grosso no ano de 2016.

despreparo destes espaços, não permite ao infante que esse anseio seja atendido, que descobertas sejam realizadas, brincadeiras sejam feitas e que o ensino seja absorvido da melhor forma para esta fase da vida. E não somente ao aluno ingressante no mundo colegial, mas também ao adolescente, que já viveu e vive experiências neste ambiente escolar não planejado para a motivação do estudante em cada etapa, pode não conseguir enxergar mais os anseios de um mundo novo que um dia permearam seus pensamentos, tanto de mundo real como na fantasia.

A negligência na concepção dos espaços escolares é fruto de uma política de desenvolvimento dos edifícios escolares com o único intuito de atender ao processo reducionista e de repetição dos projetos, partidos arquitetônicos e sistemas construtivos.

A escola é um equipamento urbano dotado de diversos significados que vão além do seu aspecto de espaço provedor do conhecimento. Em uma comunidade, é o ponto de referência; para a criança é o seu assunto do dia e local de socialização, de reconhecer-se e enxergar-se como peça daquele espaço; para a sociedade é a esperança de um futuro melhor. Além de sua significância, este tipo de instituição igualmente exerce funções além do que seu papel prioritário de ensino. É na escola, que as atividades que poderiam e deveriam ser desenvolvidas em espaços livres e de lazer do ambiente urbano, são realizadas. A falta de oferta de espaços adequados para a convivência social atribuí às escolas mais este encargo, de modo a ser para muitas crianças e jovens, o único ambiente seguro e mais próximo de sua realidade, que lhes permite desenvolver suas atividades de socialização e lazer.

Os pátios escolares então são agora também as praças de vizinhança. Este ambiente da escola, pouco explorado é a porta de entrada para a solução de inúmeros problemas relacionados ao ensino, interesse do aluno, conforto ambiental e melhor socialização de todos os que fazem uso do local.

Mas como o pátio pode ser palco para o desenvolvimento de todas estas funções se este é concebido em sua maioria como espaço residual, sendo-lhe destinado apenas o que sobra do terreno. Não se pode continuar a eliminar este cenário do cotidiano dos estudantes, tendo em vista que, o pátio pode ser considerado um tipo de espaço livre mais importante e ao mesmo tempo mais desconhecido e menos estudado do sistema de espaços livre urbanos.

Sua concepção atualmente foge do ideal que é levar em consideração as percepções do usuário, e o uso a ser estabelecido em conjunto com a dinâmica das relações existentes no ambiente escolar. Os projetistas agem de modo intuitivo na elaboração dos projetos e os

educadores de modo indiferente a este espaço ou ainda não são consultados, pois os proprietários das instituições - que podem ser do poder público – podem apenas visar economia de recursos financeiros para uma construção mais adequada.

A desarticulação entre arquitetura e educação retratam a necessidade de uma análise sobre a problemática resultante do caminho de oposição traçado até então. O paisagismo aliado às considerações da psicologia usuário-ambiente também são pontos importantes na reestruturação e requalificação dos pátios escolares, tendo em vista a parceria do arquiteto com os profissionais da educação que podem contribuir discorrendo sobre as observações na interação aluno x lócus estudantil.

É possível estabelecer diretrizes para que o pátio possa ser adequado ao ensino-aprendizagem nas escolas, sendo este, em subsistema de espaços livres de utilização cotidiana e coletiva, e de importância referencial na concepção das escolas públicas. Ressalta-se que, a educação sendo direito adquirido através das prerrogativas legais, como a Constituição Federal de 1988, artigo 205, deve ser exercida em um ambiente que propicie e incentive o desenvolvimento do aluno. A arquitetura, que neste caso vem a ser todo e qualquer espaço marcado pela intervenção do homem, pode auxiliar na humanização destes ambientes formadores da sociedade levando em consideração as percepções do usuário, a partir do simbolismo deste ambiente no cotidiano escolar e seus usos adotados.

A falta de políticas e estudos relacionados ao desempenho dos edifícios escolares, sob a ótica dos indivíduos que os ocupam são quesitos apontados na falha da concepção e administração do ambiente. Sendo assim, saber quais são as diretrizes para a melhoria do pátio escolar, pode ser o caminho para a adequação tanto das áreas existentes quanto dos projetos a serem desenvolvidos para os espaços escolares, o que justifica a pesquisa em questão.

Espaços e tempos fazem parte da ordem social escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. (ESCOLANO, 2001)

Compreender as modificações da arquitetura escolar pode auxiliar no entendimento das mudanças do modo de ensinar. A arquitetura se mostra muito além do físico e torna o espaço o significado de sua existência. Sendo assim, um olhar sobre os suntuosos Grupos

Escolares surgidos no período Republicano no país, seu desenvolvimento até os dias atuais auxilia na fundamentação para a compreensão do objeto de estudo: a escola pública atual. Esta que ao longo de sua história passou por modificações em função dos parâmetros pedagógicos e vice-versa.

A relação usuário-ambiente é explanada devido a sua importância em se tratando de ambiente escolar, já que o meio físico interfere diretamente nas questões sociais e psicológicas. A escola com todo seu teor de significâncias traz bem mais que a designação de equipamento urbano, esta é dotada de sentidos que influem na formação humana, que possuem sua importância esclarecida pela Psicologia Ambiental.

O paisagismo aliado aos conceitos da Psicologia Ambiental é demonstrado como artifício promotor de melhoria do ambiente. Esta melhoria ocorre não apenas no meio físico, mas atinge seus usuários, que passam a experienciar com seus cinco sentidos os benefícios promovidos pelo paisagismo. Os valores pessoais formarão as percepções sobre o espaço a ser vivenciado.

Evolução da Arquitetura Escolar

No Brasil, a elitização do ensino e o descaso com a educação popular ocorrem até o final do período Imperial, pois com o advento da República, o país passa por um desenvolvimento industrial e urbano, onde a escola começa a ser vista como um equipamento fundamental para esta nova cidade industrial. O ensino agora formalizado carece de estruturas adequadas para o atendimento em massa e funcionamento digno, tendo em vista, que no período Colonial e Imperial, casas, alpendres e paróquias, eram locais destinados ao ensino popular. A educação seria, para intelectuais como Rui Barbosa, Benjamim Constant e Manoel Bonfim, o meio pelo qual o país se desenvolveria a partir da construção de um sentimento de nacionalidade, sendo exercida de forma laica e obrigatória, onde a educação das camadas populares formaria um povo esclarecido que contribuiria para o futuro da República. (COSSATO; TREVIZAN, 2011).

Em 1890, o índice de analfabetismo no território nacional chegava a cerca de 85%, onde este foi o grande impulso para o discurso republicano. Na verdade, a “instrução” das camadas populares, para a formação do indivíduo e criação da moral na sociedade, não

passava de um interesse político, tendo em vista que, a constituição de 1891 afirmava o direito a igualdade, liberdade, propriedade e segurança dos cidadãos e direito a voto, exceto à analfabetos e indigentes. Sendo assim, seria de suma importância que houvesse a alfabetização de uma massa da população para viabilizar o maior número de pessoas nas eleições, a “a escola da República e para a República” (SOUZA 2005, apud, COSSATO; TREVIZAN, 2011)

Sob esta perspectiva que, em 1893, os Grupos Escolares surgiram nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, dentro de um projeto o qual tinha como premissa a união das escolas isoladas, segundo a sua proximidade. A organização destas fazia parte de um novo modelo institucional, composta e organizada baseado na racionalidade científica. Os Grupos Escolares formataram um modelo de escola primária com novos anseios, com uma organização escolar mais complexa, moderna e racionalista. Os Grupos Escolares, implantados no território nacional no século XX, durante o período Republicano, se tornaram o tipo predominantes de escola elementar “encarnando o sentido mesmo da escola primária no país” (COSSATO; TREVIZAN, 2011).

A Constituição de 1891 determinava, porém, que o ensino deveria ser ofertado pelos Estados, não pela União, o que de certa forma, ocasionou uma desigualdade no padrão de ensino nacional. O estado de São Paulo, por exemplo, detinha grande parte da economia nacional na época com um quadro econômico favorável, que possibilitava o destaque no setor da educação. O advento da cafeicultura e a industrialização contribuíram para o desenvolvimento econômico de São Paulo, possibilitando a expansão da educação primária. (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007)

As novidades artísticas e ornamentais francesas e italianas eram trazidas pelos abastados que farão parte do ecletismo arquitetônico que vigorava na época. Não havia peculiaridades locais, apenas uma reprodução fiel do que ocorria na Europa, onde não apenas as edificações particulares aderiam, mas também, os órgãos públicos. A chegada de materiais como vidro, aço e concreto não viabilizou as mudanças na paisagem arquitetônica do período. Os novos materiais eram utilizados para os antigos métodos, formas e ornamentos. Estas questões auxiliaram no desenvolvimento de uma arquitetura eclética, mas sem cunho local.

A partir da Proclamação da República o governo passou a se preocupar em construir prédios destinados aos locais de ensino. Isto mostra a importância da arquitetura, a qual, a partir da sua análise permite a reconstrução do período político e social à época em que a

edificação estava inserida, quando da sua concepção. (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007). A preocupação da sociedade da época sobre o crescimento das cidades e aparecimento de questões relacionadas à saúde pública e condições de higiene, além da conscientização sobre a relevância da educação para o desenvolvimento do país, mobilizavam o surgimento destes novos marcos que nasciam nas cidades durante o período republicano. Edifícios imponentes, estes eram dotados de grande significância arquitetônica, destacando-se da paisagem local com suas características de arquitetura eclética. Esta mudança do espaço físico e simbólico construirá a primeira cultura escolar entre os brasileiros.

Esta tendência eclética perdurou sobre grande parte dos grupos escolares ou escolas primárias e secundárias do século XIX e anos 20, com a adoção dos projetos-tipo, onde a planta baixa era rigorosamente a mesma, tendo a fachada como diferencial entre grupos. A arquitetura eclética era feita para ser vista, admirada, podendo ser modelo para outros estabelecimentos, modelo de hábitos e posturas para a população. “A cultura das populações menos favorecidas era desconsiderada e julgada como inadequada a sociedade no cenário urbano e à escola caberia a responsabilidade por transformação este panorama. (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007)

Apesar da fachada eclética, os grupos escolares detinham em suas plantas “o tradicionalismo e o autoritarismo educacional e até sócio-político vigente” (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007). Onde deste modo o padrão rígido na distribuição espacial atenderia a forma de educar da classe dominante.

Esta definição de um "lugar próprio" implicou na produção de "tipos" ideais para a construção de prédios escolares que permitissem a instauração de uma nova "pedagogia do olhar", que realçava não apenas o caráter espetacular dos prédios e das atividades escolares, mas que possibilitassem um maior controle das professoras e dos (das) alunos (as). (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007).

Os grupos escolares possuíam como programa arquitetônico salas de aula e poucos ambientes administrativos. Um pátio central determinava a grande intenção de poder vigiar tudo e a todos (figura 01). A separação entre meninos e meninas ocorria desde o local de entrada até os acessos e movimentações internas. As salas, em sua maioria de formato retangular eram destinadas a quarenta alunos cada (divididos por sexo). A simetria da planta possibilitava a existência de largos alpendres.

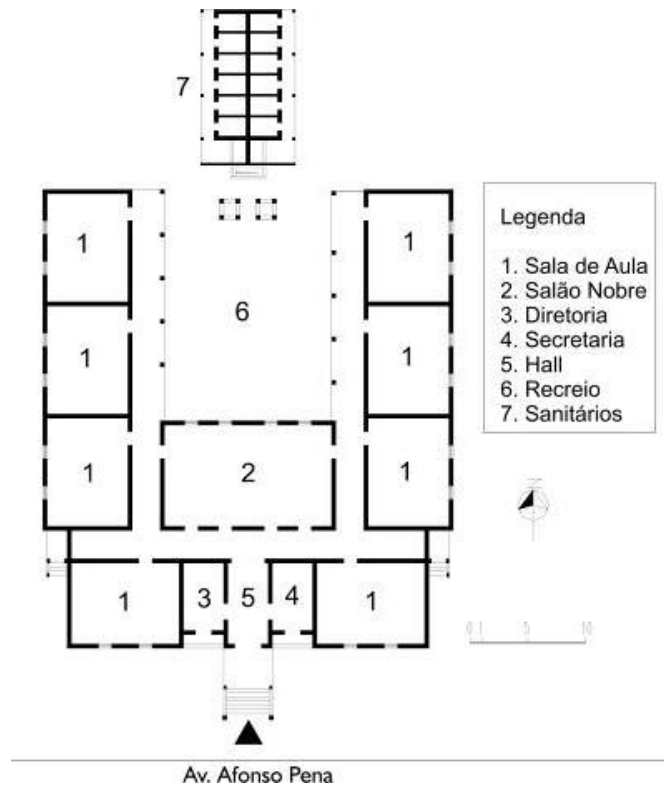


FIGURA 1: PLANTA BAIXA GRUPO ESCOLAR JOAQUIM MURTINHO, 1923 – CAMPO GRANDE, MS.
Fonte: ARRUDA, 2011.

O programa arquitetônico era dotado de salas de aula e poucos espaços administrativos. Apresentavam planta simétrica, com largos alpendres para facilitar acessos independentes, demonstrando a hierarquia e os contrastes entre meninos e meninas, além de garantir o controle dos fluxos internos e de acessos, enfatizando, portanto, a dimensão pedagógica visivelmente concretizada no projeto arquitetônico.

Com a era Vargas, nos anos 1930 e 1940, reformas no ensino foram realizadas, o que em conjunto com fatores como a criação da Associação Brasileira de Educação, os conceitos da Escola Nova e a luta da Igreja pela melhoria nos rumos da Educação Nacional, possibilitaram que as camadas menos favorecidas pudessem, enfim, ter acesso à educação. (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007).

Após a Revolução de 30, o Governo Federal passa a assumir as atividades educacionais, antes destinadas aos Estados. Para tanto, é criado o Ministério da Educação, que busca estruturar o ensino de um modo mais moderno, com visões científicas preocupada com uma abordagem nacionalista, mais realista com o país.

As teorias da Escola Nova – baseadas no iluminismo, iam de encontro à metodologia da escola tradicional – autoritária e disciplinadora, que incentivava a repetição e acúmulo de conteúdos, adotando agora o aluno como centro das perspectivas educativas.

O então Secretário de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira inseriu um sistema global de educação, do primário ao ensino superior, lançando também um plano de diretrizes para as edificações públicas escolares. (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007). O plano de Teixeira envolvia a análise das edificações existentes e adoção de cinco programas diferentes, para o gerenciamento de novos prédios, a fim de oferecer educação básica a todos.

Acontecimentos políticos e sociais da época, como o Plano Agache, fortaleceram o Estado que passou a incrementar os investimentos no setor público, passando para uma visão mais moderna na concepção de edifícios dos órgãos públicos. Nesta primeira fase do movimento moderno no antigo Distrito Federal, a arquitetura escolar passa a utilizar as tendências arquitetônicas no pós-guerra, com um repertório formal modernista que iria ao encontro da política educacional de Anísio Teixeira, onde a escola deveria ser um local adequado, financeiramente acessível, aberto à sociedade urbano-industrial. (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007).

Linhas puras, pouca ornamentação, abandono da simetria bilateral, uso constante da geometria rígida nas formas, uso de *brises soleil*, adoção de materiais como vidro e ferro, além do concreto armado empregado à marquises e coberturas planas, são algumas das viabilidades desta modernidade que vai permitir o avanço de uma produção arquitetônica industrial para atender às massas populares em sua carência de moradias e escolas.

O crescimento constante da demanda de salas de aula gera a necessidade de solucionar esta problemática, que tem como resposta, o surgimento das normatizações, a racionalização e a padronização projetiva e construtiva dos edifícios escolares. (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007).

Vinculado ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN, foi criado o CEBRACE que oferecia aos projetistas, (...) "um modelo para caracterização dos principais aspectos a serem considerados na elaboração, avaliação e aprovação dos projetos escolares" (CEBRACE, 1976).

Todo este avanço educacional vai ocasionar na criação da Lei 5.692 (1971) que determina as Diretrizes e Bases para o Ensino de primeiro e segundo graus – sendo a partir de então a escolaridade obrigatória e gratuita de oito anos para o ensino de primeiro grau e três

anos para o segundo grau. Sendo assim, o programa arquitetônico escolar deveria prever agora a realização de novas atividades pedagógicas.

Na década de 80, surgem ideais como as de Darcy Ribeiro, com a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) onde a educação seria em período integral, e a escola auxiliaria no desenvolvimento da criança e da comunidade local. Para os CIEPs, um projeto padrão seria o símbolo de uma nova escola, digna e de qualidade, onde ao mesmo tempo para o Governo, a proposta era um verdadeiro marco da política educacional.

Em São Paulo, a criação da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), em 1975, foi a solução encontrada pelo Governo Estadual para suprir as necessidades de atendimento a demanda crescente por salas de aula. Através dessa foi possível a redução dos custos de obra, além de acelerar sua execução, prejudicando, no entanto, as soluções arquitetônicas. (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007). Para a melhoria da qualidade dos padrões projetuais, manuais de especificações escolares foram criados, e em 1987 surge a Fundação de Desenvolvimento da Educação FDE, que reúne em uma única instituição os órgãos estaduais que tratam sobre assuntos educacionais, sejam eles pedagógicos ou físicos.

Arquitetura Escolar e Educação no Brasil: Contextualização Histórica

O surgimento dos grupos escolares e a consolidação da educação no estado de São Paulo acontecem durante o Período Republicano no país, sendo estrutura para o desenvolvimento da educação no estado de Mato Grosso.

Em 1890, foi inaugurada a primeira Escola Modelo Paulista, estando ela aos fundos da igreja da Ordem Terceira do Carmo, dividida em duas seções: masculina e feminina. Em 1893, o grupo de docentes permitia o atendimento na seção masculina para todos os anos do curso preliminar e na seção feminina, o atendimento ocorria do 1º ao 3º ano.

A escola normal torna-se Grupo Escolar do Carmo em 1894 (figura 02), tendo como modelo as Escolas Centrais existentes na Bélgica, Alemanha, França e Portugal no século XIX.



FIGURA 2: GRUPO ESCOLAR DO CARMO

Fonte: IBAMENDES, 2013

Os Grupos Escolares seriam implantados com base na legislação que determinava que escolas próximas (no raio de obrigatoriedade escolar) poderiam funcionar em um só prédio, com autorização do governo. (COSSATO; TREVIZAN, 2011). Este ato garantia ao Governo redução de gastos de manutenção de diversos estabelecimentos educacionais e controle no desenvolvimento pedagógico, já que no mesmo local estavam concentradas dezenas de crianças e professores. Cada Grupo Escolar poderia reunir de 4 a 10 escolas, contendo um professor para cada grupo de quarenta alunos, com quatro salas para cada sexo atendo aos 1º, 2º, 3º e 4º preliminares, que atenderia no mesmo Grupo Escolar, meninos e meninas.

Com o tempo os Grupos Escolares passaram a ter documentos internos que norteavam o desenvolvimento da educação, distanciando-se aos pouco das demais escolas primárias. Em 1894, um regimento passa a obrigar os Grupos Escolares a aderirem o método de ensino e organização das Escolas Modelo do Estado de São Paulo. Esta nova modalidade organizacional, administrativa e pedagógica inovadora no período republicano se espalhou rapidamente pelo estado de São Paulo, passando a ser uma instituição educacional característica de centros urbanos, onde captava grandes investimentos financeiros. As escolas isoladas em vilarejos e na zona rural aos poucos foram ficando sucateadas, já que os investimentos agora estavam voltados para os Grupos Escolares permanecendo as mesmas com “carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para os professores” (COSSATO; TREVIZAN, 2011).

Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso (1910-1930)

Os Grupos Escolares de Mato Grosso foram implantados seguindo os modelos concretizados em São Paulo. Com o intuito de modernizar o estado e difundir os ideais republicanos, o então Governado do estado, Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa, adere em sua política administrativa o ensejo de difusão dos Grupos Escolares no estado.

Foi então que, por meio do Decreto n. 258, de 20 de agosto de 1910, valendo-se do art. 3º da Lei n. 508, Pedro Celestino criou dois grupos escolares na Capital, sendo um no primeiro distrito e o outro no segundo. Ao seguir seu objetivo, o Presidente do Estado de Mato Grosso, conseguiu, no ano de 1908, elevar o número das escolas isoladas de 42, e no ano de 1909, para 104. Esses feitos fizeram parte da sua política de instrução popular e de progresso social. (COSSATO; TREVIZAN, 2011).

Os primeiros grupos escolares foram instalados na capital Cuiabá e no seu respectivo distrito do Porto, onde para início das atividades foram convidados de São Paulo dois normalistas, professor Leowigildo Martins e o professor Gustavo Kulhmann encaminhado às respectivas localidades.

No mesmo ano, a criação da Escola Normal Barão de Melgaço (figura 03) tinha como objetivo a criação de um modelo para os demais Grupos Escolares, onde compreenderia a formação de professores para atuarem na licenciatura e também para dirigirem os Grupos Escolares. Composta por dez classes atenderia o regime de cinco anos de ensino dividido em seções femininas e masculinas.



FIGURA 3: (A) ESCOLA NORMAL BARÃO DE MELGAÇO,
(B) ATUALMENTE PALÁCIO DA INSTRUÇÃO – CUIABÁ
Fonte: CERRADOS PARK HOTEL, 2013.

A precariedade de professores, material e estrutura escolar marcaram as décadas de 1910 a 1930 no cenário nacional. Este quadro motivou a criação dos grupos escolares para a supressão destas carências, em especial no Estado de Mato Grosso. Em 1911 o Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa, com o Decreto n. 297 cria os Grupos Escolares de São Luiz de Cáceres, Poconé, Vila do Rosário e Corumbá. Em 1912, segue com seu plano de expansão do ideal republicano para a educação e inaugura os Grupos Escolares de Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã. (COSSATO; TREVIZAN, 2011). A criação dos Grupos Escolares se deu nestas localidades devido ao alto custo de instalação e manutenção, tendo assim preferência, a cidade econômica, populacional e culturalmente mais significativa do estado na época.

Da Consolidação do Edifício Escolar para a Construção do Lugar

A história da educação nacional reflete a importância que o edifício escolar exerceu ao longo do seu desenvolvimento. O “lugar escola” e sua arquitetura em conjunto com a psicologia ambiental, podem ter uma nova leitura através dos usuários. É por meio da percepção cotidiana do ambiente, que a significância social vai ser externada, podendo dotar o “lugar” de valores que o tornarão promotor de um convívio adequado e desejado. O ambiente escolar, assim como os ensinamentos pedagógicos evoluiu graças às percepções cotidianas.

A Psicologia Ambiental é uma vertente da Psicologia, a qual se dispõe a unir o conhecimento psicológico à arquitetura de modo a viabilizar um ambiente mais humanizado e ecologicamente coerente. Fazer uso desta vertente da psicologia auxilia na busca por melhorias considerando as sensações dos usuários.

O surgimento da Psicologia da Arquitetura, antiga designação da Psicologia Ambiental, está vinculada a necessidade dos arquitetos entenderem requisitos e necessidades dos usuários dos ambientes edificados, onde várias opiniões, sensações e interpretações estavam vinculadas. Uma grande característica desta ciência é a consideração não apenas de estímulos e resultados, mas principalmente a inter-relação usuário ambiente.

Cerqueira (2001) afirma que para compreender as inter-relações homem e ambiente, bem como suas condutas, julgamentos e expectativas, faz-se necessário o estudo dos processos mentais relacionados à percepção do ambiente em que esse está inserido.

Ao vivenciar um espaço, o indivíduo está percebendo por meio dos cinco sentidos. O espaço habitado pelo homem passa a ser chamado de ambiente. A relação homem-ambiente envolve o conhecimento, sentimento e comportamento, onde características do local tornam-se essenciais, sejam eles cheiros, imagens, sons, surpresas, valores entre outras propriedades de nossos sentidos e mentes, que construirão nossa forma de perceber este ambiente, denominado de Percepção Ambiental. Através desta percepção que surgem juízos de valor e atitudes sobre o ambiente. “Uma vez valorizado pela experiência ambiental do indivíduo, o espaço, antes sem identidade, passa a ter o significado de LUGAR”. (AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007).

De acordo com Norberg Shulz (1995), apud Azevedo; Bastos, et. al, 2007, “o lugar é um fenômeno qualitativo “total” que não se pode reduzir a nenhuma de suas propriedades, como as relações espaciais, sem que se perca de vista, sua natureza concreta”.

Os valores individuais estão ligados à sua cultura. “Valores são objetivos que expressam interesses (individuais ou coletivos) com uma motivação que é avaliada de acordo com a importância dentro dos princípios de vida de um indivíduo” (BECHTEL 2002, apud AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007). Sendo assim as características pessoais e culturais interferem na percepção de cada indivíduo sobre o ambiente, obtendo valores pessoais ao longo de sua vivência.

O meio físico atua de forma não verbal tendo impacto direto e simbólico sobre seus ocupantes, facilitando e inibindo comportamentos. Desta forma, pode-se dizer que os atributos físicos de uma instituição escolar possibilitam sua percepção positiva ou negativa, através de uma “comunicação subjetiva” de intenções e valores, as quais interferirão na apropriação deste ambiente pelos usuários e consequente socialização, desenvolvimento intelectual, e desempenho dos alunos. (ELALI 2003, apud AZEVEDO; BASTOS, et. al, 2007).

Vários aspectos sobre a qualidade de vida nas instituições educacionais vêm sendo considerados de modo a cultivar um ambiente físico bem planejado. De acordo com a Psicologia Ambiental, o ambiente físico sem planejamento pode desencadear comportamentos agressivos, destrutivos, agitações, diminuição das interações sociais. Estas situações são motivadas principalmente em pequenos espaços, onde as crianças se sentem restritas em suas atividades.

Sabe-se que os ambientes escolares afetam o comportamento e atitudes, no entanto, é comum desassociar os aspectos físicos dos espaços do processo de aprendizagem. (AZEVEDO; BASTOS 1999, apud BEDIN, 2008).

Além disso, o edifício escolar tem grande influência sobre a localidade em que se insere, podendo até mesmo ser “confundido com o próprio serviço escolar e com o direito à educação” (AZEVEDO, 2002), carregando um grande valor simbólico, a escola tem sua arquitetura como parte da proposta pedagógica.

Acima de sua significância simbólica, “a escola pode ser um espaço privilegiado para a construção de horizontes possíveis mais que um espaço definidor de verdades” (REDIN, 1998, apud CERQUEIRA, 2001). Para tanto, o aluno deve se sentir parte do seio escolar e estar à vontade para expressar seus anseios e vontades e/ou lutar por eles.

Estudos referentes à percepção ambiental sinalizam as interações existentes entre o homem e o ambiente a partir da leitura e compreensão de seus significados e simbolismo, que apresentam pouca qualidade físico-espacial, são comumente vandalizados em todas as partes do mundo, num dos fenômenos transculturais mais evidentes de nossos tempos. (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996, apud, AZEVEDO, 2002).

Azevedo (2002), complementa ainda afirmando sobre os atos agressivos de depredação e vandalismo nas escolas onde, “vidros quebrados, pichações – nas edificações escolares, estão normalmente associados ao descaso e à insatisfação do usuário como o desempenho desses prédios.”

Uma abordagem, que leve em consideração o usuário do espaço aliada aos preceitos paisagísticos, pode auxiliar na melhoria das necessidades enfrentadas pelos pátios escolares. Azevedo (2002), afirma que “deve-se tentar, portanto construir uma visão interacionista entre indivíduo, ambiente construído e ambiente natural”.

É direito condicionado pela Constituição Federal, de 1988, o acesso à educação e dever do Estado prover o ensino fundamental e gratuito para população em idade escolar. O espaço apropriado para este aprendizado também deve fazer parte do sistema de ensino a ser ofertado. Espaços estes que devem ser planejados e conservados para exercerem da melhor forma seu papel de ferramenta social para o desenvolvimento de valores humanos.

O Pátio Escolar: do Pedagógico ao Lúdico

Reis-Alves (2006), afirma que “a escola é composta por dois (2) lugares fundamentais e mais importantes: a sala de aula e o pátio de recreação”. O pátio escolar, esse “subsistema de espaços livres de utilização cotidiana e coletiva” (AZEVEDO, 2011), representa o primeiro estágio de socialização da criança fora de seu seio familiar. Seus usuários preferenciais – crianças e jovens de 07 a 14 anos, alunos do ensino fundamental possuem este ambiente como extensão da sala de aula, para a realização e complementação de atividades pedagógicas. “O que é realmente importante para a criança provavelmente acontece no pátio da escola e não na sala de aula”. (SEBBA & CHURCHMAN, 1986, apud FEDRIZZI, 1999)

O pátio transmite as sensações de liberdade, em conjunto com os espaços livres das cidades, apresentam-se como livres “de controle, do individualismo exacerbado, da lógica de produção-consumo, da privatização dos espaços públicos, da péssima qualidade ambiental de suas arquiteturas e urbanismos”. (FARIA, 2011)

A etimologia da palavra apresenta-o como: Estar aberto, exposto; descoberto; estar em evidência. Tais definições estão associadas à ideia de relacionamento (com os seus semelhantes, natureza, clima, entre outros). (REIS-ALVES (2005), apud, AZEVEDO; RHEINGANTS, et al, 2011).

Sendo o pátio um lugar simbólico, conceitos de ambiente, espaço e lugar fazem parte de sua concepção e compreensão, de modo que ambiente “é o espaço experimentado, vivido, relacional” (AZEVEDO, et al., 2011). A palavra ambiente, que de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2008-2012) significa, “de cercar e envolver os seres vivos ou as coisas; meio ambiente; lugar recinto; conjunto de condições materiais e morais que envolvem alguém; atmosfera;”. Já os conceitos de lugar e espaço, podem ser melhor expressos pela conceituação de Reis-Alves (2006),

Compreendemos que o pátio interno escolar é um lugar, e este é a [...] “concreta manifestação do habitar humano”, definição adotada pelo arquiteto Norberg-Schulz (1979), tendo este se baseado em Heidegger (1889-1976). O lugar é, ainda segundo a etimologia da expressão, o [...] “espaço ocupado” (CUNHA, 1982), ou seja, habitado pelo homem. O espaço, elemento abstrato, ganha significado e valor pela presença do homem, física e/ou simbólica.

FEDRIZZI (1999), afirma que o “ensino e aprendizagem podem acontecer no pátio escolar e isso pode ser um complemento do que é ensinado nas salas de aula e vice-versa”. A

autora ainda expõe que o pátio pode ser um campo de atividades pedagógicas, utilizado para o ensino de áreas do conhecimento, como: atividades esportivas, de português, matemática, ciências, geografia, educação ambiental, história, educação religiosa, artes dramáticas, belas artes, inglês, música; além de ser um lugar para: brincar, socializar-se, ter contato com a natureza, cultivar, praticar esportes, as crianças serem cuidadas e onde se pode ficar sozinho.

O ambiente físico tem uma significativa influência sobre o desenvolvimento da criança, que se tratando do ambiente escolar, passa ali várias horas do dia. Cada vez mais, o espaço de “sala de aula” fica restrito as paredes devido à carência de estrutura do pátio escolar, enquanto subsistema de espaços livres de utilização cotidiana e coletiva, e de importância referencial na concepção das escolas que estão desprovidos de meios que viabilizem o ensino mais didático e interativo (AZEVEDO, 2002).

Em um breve comparativo, atualmente a sala de aula é tratada como o espaço do professor, e o pátio escolar, como espaço do aluno. É neste ambiente de origens ibéricas, que os estudantes adquirem a sensação de donos da escola. Suas inúmeras possibilidades garantem a construção do saber e renova o processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à qualidade do pátio Sager (2003) apud Sodré (2005), considera que deve possuir vasta arborização e vegetação, ladrilhos, areia, cordas, bolas, sucata, sendo este local de grande relevância para o desenvolvimento da criança, pois é no pátio onde as interações sociais acontecem por meio das brincadeiras.

A importância do pátio escolar transcende sobre a intensa supressão das áreas livres e de lazer no meio público, oriundas da intensa industrialização e urbanização das cidades. Em sua grande maioria, adolescentes e crianças não possuem espaços seguros e destinados a sua faixa etária para a socialização. Restam-lhes os espaços externos dos ambientes escolares, que, no entanto, encontram-se totalmente desprovidos de aparatos que viabilizem a integração que as áreas públicas das cidades deveriam conter.

A complexidade e a diversidade de funções e categorias do sistema de espaços livre urbanos justificam o interesse em entender o papel e a importância dos pátios escolares como ambiente de lazer e socialização – absorvendo funções antes atribuídas às praças de vizinhança – e como protagonistas do processo educativo – o que implica reconhecer a influência do entorno e de suas características socioespaciais. (AZEVEDO; RHEINGANTS, et. al, 2011).

A melhoria do ambiente escolar pode ir além das didáticas pedagógicas de ensino ou até mesmo o ambiente físico. O pátio escolar é capaz de condicionar possibilidades para a

valorização do ensino e atratividade do aluno na escola. Gonçalves; Flores (2011), subdivide os papéis das áreas externas escolares em: o contato social; brincar e jogar; a motricidade e os sentidos; as funções pedagógicas e a função ambiental. Ainda Gonçalves; Flores (2011), referenciando Gadotti, afirma que o cuidado com o meio ambiente é despertado pela experiência própria e a escola no trabalho da educação ambiental tem sido o local de início desta conscientização. É neste ambiente da escola, hoje palco de depósitos de sucatas, locais sem manutenção, que a pesquisa em questão quer permear, de modo a propor a revitalização destas áreas através dos anseios de seus usuários.

Sanoff (2001) apud, Kowaltowski, Deliberador (2011) afirma que os espaços escolares auxiliam no processo de aprendizagem, onde existem princípios a serem seguidos, cabendo aqui destacar, a conexão do espaço exterior com o interior, sendo não somente a sala de aula merecedora de atenção, mas também, seus espaços adjacentes, as áreas externas. As áreas externas podem ser locais para o desenvolvimento de atividades pedagógicas assim como, fator de influência na qualidade do ambiente escolar.

Kowaltowski, Deliberador (2011), baseando-se nos estudos de Nair e Felding (2005), apresenta parâmetros para a melhoria da qualidade do ambiente escolar, no que se refere às áreas externas cabe destacar:

TABELA 1: PARÂMETROS PARA MELHORIA DAS ÁREAS EXTERNAS ESCOLARES

Parâmetro de Projeto	Descrição do Parâmetro	Características espaciais dos parâmetros que se relacionam ao espaço externo
Vistas interiores e exteriores (Figura 4)	Uma vez que atividades escolares acontecem predominantemente em espaços internos, é importante oferecer um horizonte externo maior para salas de aula, laboratórios, áreas de estudo, de socialização e de alimentação.	As vistas são importantes para descansar a visão que foca longamente em livros, computadores etc., campo de visão muito próximo. Recomenda-se a possibilidade de se ter um campo de visão de no mínimo 20 metros de distância;

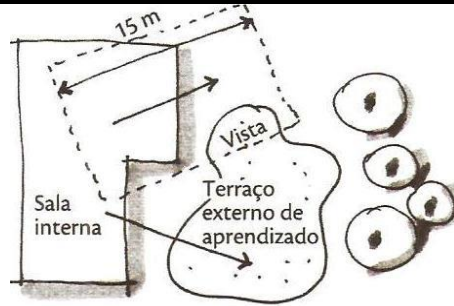


Figura 4: Vistas Interiores e Exteriores

Fonte: Francisco Borges Filho, apud, Kowaltowski, Deliberador, 2011.

Conexão espaço externo e interno (Figura 5)	O ser humano é geneticamente um animal do ar livre e as crianças, mais do que os adultos, tem uma relação forte com o ambiente externo. O projeto de uma escola deve propiciar ampla possibilidade para os alunos usarem o ambiente externo.	As conexões entre interior e exterior devem ser diretas, sem barreiras;
		As áreas externas conectadas às salas de aula também permitem atividades diferenciadas não adequadas a espaços internos;
		A escola deve fornecer lugares para trilhas, circuito de corrida, horta e pomar como extensão dos ambientes internos da escola;
		As conexões entre interior e exterior dos ambientes da escola devem ser otimizadas ao máximo.

Uma trilha natural, enquanto dá suporte aos estudos em biologia, ecologia, botânica e do comportamento animal, pode também servir como pista de corrida, tornando-se parte essencial de um programa de educação física



Caminhos e o desenvolvimento do local podem ser orientados para os hábitos dos animais, encorajando as espécies existentes a manterem-se no local e outras adicionais a retornarem

FIGURA 5: CONEXÃO ESPAÇO EXTERNO E INTERNO

Fonte: Francisco Borges Filho, apud, Kowaltowski, Deliberador, 2011

Parâmetro de Projeto	Descrição do Parâmetro	Características espaciais dos parâmetros que se relacionam ao espaço externo
ação da escola e adequação dos espaços	Os pátios escolares acumulam outras funções, como por exemplo, extensão do refeitório, local para abrigar os alunos em dias chuvosos.	O pátio coberto e as áreas livres devem oferecer locais agradáveis, com o uso de vegetação para sombreamento adequado ao calor e clima local;

	Projeto de Paisagismo de fácil manutenção
	A implantação de uma horta pode ser prevista para esta área;
	Terrenos acidentados platôs devem ser criados, sendo interligados por rampas;
	A entrada deve prever um espaço amplo (ainda fora dos limites da escola) para a espera dos alunos e pais depois da aula
	O pátio deve estar conectado à entrada para o acolhimento de todos, principalmente em dias de chuva;
	Formato e orientação do pátio coberto devem evitar a canalização de ventos e insolação excessiva.

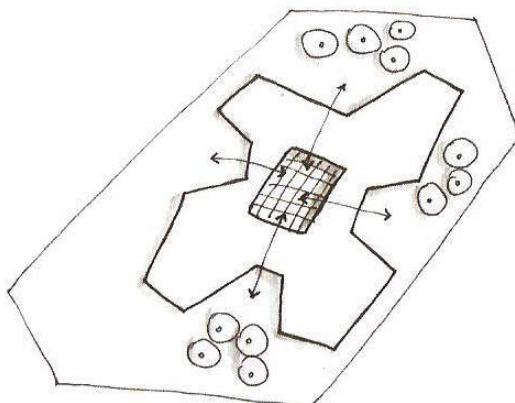


FIGURA 6: O PÁTIO, A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA E A ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES

Fonte: Francisco Borges Filho, apud, Kowaltowski, 2011

Fonte: Kowaltowski, 2011; Kowaltowski, Deliberador, 2011. Adaptado pelos Autores, 2013.

A dissonância no desenvolvimento do projeto escolar com seus usuários acarreta questões como as apontadas por Azevedo (2002), onde:

Os educadores raramente incluem o pátio escolar em suas propostas pedagógicas e os arquitetos, por sua vez, tratam o projeto como uma atividade intuitiva, considerando terem o saber e a autonomia suficientes para equacionar o problema. A complexidade das atividades desenvolvidas no ambiente escolar é então pouco explorada pelos projetistas que desconhecem a lógica de utilização do espaço pelo usuário. (AZEVEDO, 2002)

Essa carência pedagógica no uso do pátio das escolas, nas séries iniciais mutila seus anseios sobre a escola, que para eles, seria um local de descobertas e vivências sociais e lúdicas. Já para os jovens e adolescentes, a escola acaba se tornando um espaço pouco atrativo que não promove sua socialização no ensino. O pátio escolar deve ser o espaço mais

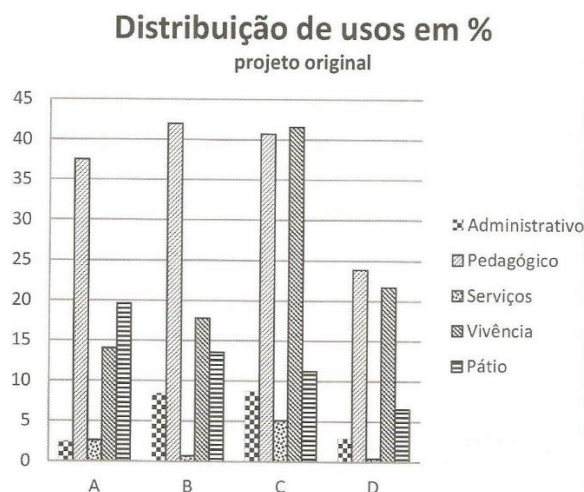
adequado e seguro para o desenvolvimento da criança e do jovem, tendo em vista a falta de áreas livres nas cidades, ou até mesmo, a falta de segurança.

Bizarro (2010), em sua dissertação de mestrado, traz a importância do pátio escolar de acordo com os conceitos adotados pelo MEC:

- I. O pátio é essencial às crianças, por permanecerem longos períodos confinados em ambientes fechados, diminuindo a desorganização destas e melhorando a aprendizagem;
- II. O pátio é um espaço particular que, por seu caráter lúdico, presta-se à movimentação ampla das crianças, para convivência e brincadeiras;
- III. O pátio é um espaço privilegiado para contato com a natureza, diminuindo inclusive a fadiga mental (BIZARRO, 2010).

A importância que o pátio exerce no âmbito escolar não pode ser mais deixada de lado, tendo em vista que, a negligência para com estas áreas tira da própria instituição de ensino seus pontos fortes de referencial de conforto, aconchego e o simbolismo que a representam perante a sociedade. Sendo o pátio, concebido em sua maioria como espaço residual, com o que sobra apenas do terreno, não pode continuar a ser eliminado do cenário cotidiano da escola. Este pode ser considerado um tipo de espaço livre mais importante e mesmo tempo mais desconhecido e menos estudado do sistema de espaços livre urbanos.

Em uma pesquisa desenvolvida por Nambu; Ornstein, 2010 com quatro escolas na região metropolitana de São Paulo, quanto suas transformações enquanto ambiente de aprendizado, dentre os pontos investigados, as comparações sobre uso de ambientes exteriores e interiores foi realizada através de APO's. Os objetos de estudo da pesquisa, são a partir da década de 70 até o século XXI. A Figura 7 demonstra que a supressão do pátio vem ocorrendo, eliminando aos poucos sua vigência dentro do ambiente escolar. A pesquisa constatou também que o pátio antes parcialmente isolado do edifício, foi aos poucos sendo inserido em um conjunto maciço.



Escola A: década de 1970 / **Escola B:** década de 1980 / **Escola C:** década de 1980
Escola D: Século XXI

FIGURA 7: DISTRIBUIÇÃO DOS USOS DENTRO DO EDIFÍCIO ESCOLAR EM PORCENTAGEM

Fonte: Nambu, 2011. Nambu; Ornstein, 2011. Adaptado pelos Autores, 2013.

Paisagismo: Relação com o Homem e uso no Espaço Escolar

O ambiente externo das escolas deve estar disposto a atender eventuais transformações nos conceitos pedagógicos. A preparação destas áreas com a adoção de conceitos paisagísticos pode auxiliar nesta nova exploração do pátio escolar. É notório que áreas dotadas de vegetação sofrem transformações climáticas tanto sobre a temperatura ambiente, quanto sobre a umidade do ar. A cobertura vegetal proporciona uma melhoria na qualidade de vida dos usuários, influenciando nos aspectos físicos e psicológicos dos mesmos.

Freitas (2001) esclarece que a vegetação constitui a parcela do ambiente cuja relação homem e conforto ambiental é evidente, envolvendo e promovendo experiências sensoriais significativas como a audição, visão, olfato, tato, paladar, além de equilíbrio, calor, frio e segurança.

A Região Centro-Oeste tem como característica as frequentes temperatura do ar elevadas, principalmente nos meses mais quentes, setembro e outubro, com máximas atingindo 40°C. As precipitações ocorrem de modo sazonal, sendo a estação seca demarcada pelo inverno. Três períodos em função da temperatura do ar podem ser demarcados: seca e mais amena durante o inverno; seca e mais quente antes das chuvas e quente e úmida durante o verão, no período da chuva. (DUARTE, 1995, *apud* SANCHES, 2005).

Levando em consideração o clima local, o paisagismo pode promover ainda nestes espaços a melhoria do comportamento climático da edificação, sendo agente influenciador do microclima. Os benefícios ao homem, tanto fisiológicos quanto psicológicos devem compor a humanização do ambiente externo das escolas, que indiretamente podem beneficiar a escola como um todo.

Por meio do paisagismo, espaços simples de recreação e sociabilização podem ser criados, direcionando seu principal usuário, o aluno, a aproveitar da melhor forma seus momentos de descontração ou até mesmo de aprendizado.

A vegetação e os elementos naturais presentes nos pátios podem proporcionar às pessoas vivenciar o estar/fazer presente em um ecossistema, às crianças, possibilita o aprender e cultivar alimentos e trabalhar questões nutricionais. (FEDRIZZI et. al., 2003). A saúde humana e a conservação da natureza podem ser exploradas por meio da vegetação presente na composição paisagística, servindo como referência para conhecimento e reflexão.

FREITAS, Francine; et. al. (2015) afirmam que, embora os arquitetos sejam dotados de conhecimento científico, não são capazes de compreender, tal qual um professor, o contexto escolar. Muitas vezes as escolas são acomodadas em edificações não originalmente projetadas para tal fim mas que, com adaptações feitas podem se tornar mais acessíveis às necessidades das crianças do que prédios que, supostamente, foram pensados para elas.

A criança em suas vivências, “molda o ambiente e conseqüentemente é em troca, moldada por ele” (STRINISTE & MOORE, 1989, apud, RUIVO, 2008). A vegetação, não apenas como quesito estético, mas também como fonte do despertar a imaginação, pode acrescentar grandes valores de aprendizagem e brincadeira. (MOORE, 1989, apud, RUIVO, 2008).

Grahn, 1994, apud, Souza, 2005, afirma que,

Crianças em pré-escolas, escolas e hospitais mostram comportamento mais harmonioso e têm uma melhor relação com os funcionários quando podem passar mais tempo em contato com a natureza. Ele explica também que elas brincam melhor, fantasiam mais, e têm uma melhor percepção do espaço em que vivem.

O paisagismo pode promover a reordenação espacial com demarcações feitas com vegetação e diferentes tipos de pisos para que haja uma dinâmica no espaço, já que áreas menores apresentam sensações de aconchego. Moore (1996), apud, Fedrizzi (2006), diz que: “espaços muito grandes acabam levando ao barulho e à confusão, e, portanto, passam a ser

subutilizados”. Espaços flexíveis e susceptíveis a diversos acontecimentos, de modo que as variações de escala em áreas aumentam as possibilidades de uso. Áreas pequenas e limitadas (íntimas) podem contrastar com vastos espaços (desafio), o que permite diferentes atividades.

Considerações Finais

A partir do momento em que os projetos de novas escolas ou de reformas/adequações de prédios escolares forem pensados em parceria por arquitetos, professores, pais e alunos, tal qual já é feito em alguns países, as instituições se tornariam possivelmente mais atrativas e apropriadas para o desenvolvimento pleno de habilidades e competências de cada indivíduo, bem como a socialização com colegas de outras turmas e profissionais da educação, que motiva trocas entre pessoas e aprendizagens múltiplas.

O pátio escolar é o ambiente da instituição escolar que fornece mais oportunidades de integrações diversas e é um local ainda não tão valorizado, tanto que existem possibilidades para que alcance a amplitude, muito embora não se perceba opções esgotáveis de uso, pois tudo depende da região onde está localizado este centro de ensino, da criatividade de seus profissionais para planejar além do que já é feito, do apoio de arquitetos com visão holística do paisagismo para o pátio escolar, da participação efetiva da família e das atividades de socialização que os estudantes vivenciem.

Se os docentes em conjunto com os arquitetos se dispuserem a rememorar suas passagens como alunos, as dificuldades que encontraram nas escolas por onde passaram, os espaços que lhes foram mais significativos e trouxeram as experiências para aplicar nas instituições que atuam ou que estão planejando com olhar crítico de profissionais, certamente o pátio escolar sai do modelo mais padrão para uma estrutura ideal para as crianças e/ou jovens que ali interagem. Mas somente com a parcela de contribuição de pais verbalizando os anseios e sonhos para os filhos em idade escolar, ou seja, pais participativos e presentes, bem como proporcionar momentos de reflexão da “escola ideal” para que os estudantes também façam parte da elaboração de um espaço que os satisfaça e, principalmente, sintam-se importantes neste processo de um novo espaço escolar.

Nesta perspectiva, além de uma proposta de trabalho em parceria de professores e arquitetos em prol de melhor atender ao alunado, tem-se também o envolvimento da

comunidade escolar, se todos se sentem peças fundamentais para fazer todas as engrenagens da escola funcionarem de forma mais abrangente e adequada à comunidade que está inserida, todos evoluem e crescem também como cidadãos, porém, no final de tudo são os estudantes que são os grandes beneficiados quando o espaço deles é pensado de acordo com a própria realidade em que a escola pertence.

Referências

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira. **Arquitetura Escolar em Mato Grosso (1890-1930)**. In: Revista Linhas, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 73 – 94, jan. / jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2283/1725>>. Acesso em: 03 de dez. de 2017.

AZEVEDO, G. A. N. **Arquitetura Escolar e Educação: um modelo conceitual de abordagem interacionista**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2002. Proposta de Dissertação de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Engenharia de Produção COPPE / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: D.Sc. Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos.

AZEVEDO, G. A. N. BASTOS, L.E.G. BLOWER, H.S. **Escolas de ontem, educação hoje: é possível atualizar usos em projetos padronizados?** In: Anais do III Seminário Projetar: o moderno já passado, o passado no moderno. 1. ed. Porto Alegre: PROPARG-UFRGS, 2007.

AZEVEDO, G. A. N. RHEINGANTZ, P.A. TÂNGARI, V.R. **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Minister, 2011.

AZEVEDO, G. A. N. et. al. **Qualidade do lugar e da paisagem no pátio escolar: fundamentos e conceitos**. In: AZEVEDO, G. A. N. RHEINGANTZ, P.A. TÂNGARI, V.R. **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Minister, 2011. p. 57-76.

BEDIN, J. **Arquitetura escolar como promotora da educação ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel, 2008.

BIZARRO, F. **Em meio a infâncias e arquiteturas escolares: um estudo sobre os pátios da educação infantil**. UFRGS: Porto Alegre, 2010. Proposta de Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: Dra. Leni Vieira Dornelles.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8 069/90. Brasília: Planalto Federal, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9 394/96. Brasília: Planalto Federal, 1996.

CEBRACE. **Critérios para Elaboração, Aprovação e Avaliação de Projetos de Construções Escolares**. Brasília: MEC, 1976.

CERQUEIRA, Eufrosina de, A. **Análise da Intervenção Ambiental de Baixo Custo em Escola da Rede Pública de Feira de Santana**. UFRGS: Porto Alegre, 2001. Proposta de Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Ph.D Miguel Aloysio Sattler.

CERRADOS PARK HOTEL. **Palácio da Instrução**. Disponível em: <<http://www.cerradosparkhotel.com.br/conteudo/turismo/id-622/tipo-2>>. Acesso em: 01 de dez. de 2017.

CORBELLA, O; YANNAS, S. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003.

COSSATO, M. B. TREVIZAN M. B. **Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso 1910- 1930**. In: X Jornada do HISTERDBR: História da Educação: Intelectuais, Memórias e Política. Vitória da Conquista: UFSB-MP, 2011.

ESCOLANO, Agustín. **Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo**. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. **O pátio escolar como ter[ritó]rio [de paisagem] entre a escola e a cidade**. In: AZEVEDO, G. A. N. RHEINGANTZ, P.A. TÂNGARI, V.R. **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Minister, 2011. p. 35-44.

FEDRIZZI, B. **Paisagismo no pátio escolar**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1999.

FEDRIZZI, B, TOMASINI, S.L.V., CARDOSO, L.M. **A vegetação no pátio escolar: um estudo para a realidade de Porto Alegres – RS**. Trabalho apresentado no VII Congresso Nacional de Arborização Urbana, Belém, Pará, 2003.

FREITAS, C. G. L. [et al.]. **Habitação e meio ambiente - Abordagem integrada em empreendimentos de interesse social**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, 2001.

FREITAS, Francine; et al. **O espaço da escola da educação infantil como favorecedor do protagonismo infantil**. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/diversapratica/article/download/33557/17957>>. Acesso em: 02 de dez. 2017.

FRAGO, Antonio V.; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

GARDENS AND PEOPLE. **A Garden for GCSE Art**. Disponível em: <<http://www.gardensandpeople.co.uk/schools.html>>. Acesso em: 01 de dez. de 2017.

GONÇALVES, Fábio Mariz; FLORES, Laís Regina. **Espaços livres em escolas – questões para debate**. In: AZEVEDO, G. A. N. RHEINGANTZ, P.A. TÂNGARI, V.R. **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Minister, 2011. p. 23-33.

IBAMENDES PESQUISA. **Fotos de escolas antigas de São Paulo**. Disponível em:<http://www.ibamendes.com/2011/06/blog-post_6251.html>. Acesso em: 01 de dez. de 2017.

KOWALTOWSKI, Doris C.C.K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

KOWALTOWSKI, Doris C.C.K.; DELIBERADOR, Marcella Savioli. **Os pátios e as áreas livres no processo de projeto de arquitetura escolar no estado de São Paulo**. In: AZEVEDO, G. A. N. RHEINGANTZ, P.A. TÂNGARI, V.R. **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Minister, 2011. p. 159-182.

NAMBU, Liliane Cristine; ORNSTEIN, Sheila, Walbe. **O pátio nos ambientes para o aprendizado avaliação de edifícios escolares na região metropolitana de São Paulo**. In: AZEVEDO, G. A. N. RHEINGANTZ, P.A. TÂNGARI, V.R. **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Minister, 2011. p. 91-106

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. **O pátio interno escolar como lugar simbólico. Um estudo sobre a inter-relação de variáveis subjetivas e objetivas do conforto ambiental**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, FAU-UFRJ, 2006.

RHEINGANTZ, Paulo, A, AZEVEDO, Giselle, A, BRASILEIRO, Alice, et al. **Observando a qualidade do Lugar: procedimentos para avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

RUIVO, Katia Regina. **Percepção de Espaços Abertos de Duas Escolas Públicas Após Aplicação de Método de Design Participativo**. UFRGS: Porto Alegre, 2008. Proposta de Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANCHES, João Carlos Machado. **O Estudo de Microclima como Ferramenta para o Planejamento Urbano**. Cuiabá: UFMT/ICHS; CNPQ, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia).

SODRÉ, L. G. P. **As indicações das crianças sobre uma edificação adaptada para a educação infantil**. *Estud. pesqui. psicol.* [online]. 2005, vol.5, n.1, pp. 73-91. ISSN 1808-4281.

SOUZA, Hellen Marques Barbosa de. **O pátio escolar do ensino fundamental como ambiente de brincar segundo as crianças usuárias**. UFRGN: Natal, 2005. Proposta de Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TANGARÁ DA SERRA-MT, Prefeitura Municipal de. **A cidade**, 2007. Disponível em:<<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/cidade.asp>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

●
Como citar este artigo (Formato ABNT):

DALLASTRA, Mauricio; FERNANDES, Morgana Alves de Jesus; COSTA, Bruna Lopes; BRESCOVIT, Luiz Eduardo; STASCOVIAN, Juliana. Interfaces entre Arquitetos e Profissionais da Educação em prol de Melhores Espaços para o Desenvolvimento do Protagonismo Estudantil. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, 2018, vol.12, n.39, p.686-611. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 16.01.2018

Aceito: 18.01.2018